



ESTADO DO CEARÁ  
**GOVERNO MUNICIPAL DE ABAIARA**  
CNPJ 07.411.531/0001-16



LEI MUNICIPAL Nº 428/2017.

**DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO  
MUNICÍPIO DE ABAIARA – ESTADO DO CEARÁ,  
PARA O QUADRIÊNIO DE 2018/2021 E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ABAIARA, ESTADO DO CEARÁ, NO USO DE SUAS  
ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC.**

**FAÇO SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

**CAPITULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - O Plano Plurianual do Município de Abaiara (CE), para o quadriênio de 2018/2021, constituído pelos anexos integrantes desta Lei e elaborado de conformidade com o inciso I e parágrafo 1º do Art. 165, da Constituição Federal, fixa para o período, as despesas a ele vinculadas em R\$ 111.956.555,00 (cento e onze milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais).

§ 1º - As despesas do Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, fixados no *caput* deste artigo e demonstradas nos anexos integrantes desta lei, estão distribuídas da seguinte forma:

<b>Exercício Financeiro de 2018</b>	<b>25.972.925,00</b>
Exercício Financeiro de 2019	27.271.571,00
Exercício Financeiro de 2020	28.635.151,00
Exercício Financeiro de 2021	30.066.908,00
<b>TOTAL</b>	<b>111.946.555,00</b>



ESTADO DO CEARÁ  
**GOVERNO MUNICIPAL DE ABAIARA**  
CNPJ 07.411.531/0001-16

§ 2º - Ocorrendo mudanças de moeda, extinção do indexador, dolarização da moeda nacional, mudança na política salarial, corte de casas decimais e qualquer outra ocorrência a adequar as disposições desta Lei de forma que seus valores imediatamente revistos, atentando para a perfeita atualização e principalmente, para que o equilíbrio dos sistemas orçamentário e financeiro, seja conservado e estes não sofram prejuízo manifesto capaz de inviabilizar, temporária ou indefinidamente o atendimento dos objetivos programados e a continuidade do funcionamento da máquina administrativa.

Art. 2º - O Plano Plurianual com as Despesas de Capital programadas com base nos recursos disponíveis, à vista da previsão das despesas correntes, desdobra-se, analítica e sinteticamente, na forma dos anexos que integram a presente lei, de acordo com as diretrizes das ações do Governo Municipal.

§ 1º - No cumprimento do disposto neste artigo, serão observados os limites parciais das Despesas de Capital fixado neste Plano Plurianual, devendo os Orçamentos Anuais garantir o atendimento de outras despesas decorrentes e os programas de duração continuada, como dispõe o parágrafo 1º, do art. 165, da Constituição Federal.

§ 2º - Quando os limites parciais a que se refere o parágrafo anterior não forem atingidos, as parcelas não utilizadas serão somadas às disponibilidades do exercício seguintes e destinadas ao mesmo programa de trabalho.

Art. 3º - Considerem-se, para os efeitos deste Plano Plurianual os seguintes conceitos:

**I – Diretrizes** são conjuntos de princípios e critérios que devem orientar a execução dos programas de governo;

**II – Objetivo Programático** é a descrição sucinta dos resultados esperados do programa;

**III – Macro objetivo** é o que resulta do desdobramento, em primeiro nível, dos objetivos estratégicos e conformam as grandes linhas da ação do governo;

**IV – Programa** é o instrumento de organização da atuação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos e que articula uma ação ou conjunto de ações que concorrem para um objetivo, visando à solução de um problema ou o atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade. São tipos de programas:

01. **Programa Finalístico** é aquele que resulta em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade;
02. **Programa de Gestão Pública** é aquele que compreende ações de governo composto de atividade de planejamento, orçamento, controle interno, sistemas de informação, diagnóstico de suporte, coordenação, supervisão, avaliação e divulgação de políticas públicas, incluindo-se as despesas operacionais administrativas;



ESTADO DO CEARÁ  
**GOVERNO MUNICIPAL DE ABAIARA**  
CNPJ 07.411.531/0001-16



03. **Ações** são instrumentos de programação constituídos de operações para alcançar o objetivo de um programa de governo;
04. **Atividade** é um instrumento de programação administrativa para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, necessárias a manutenção da ação de governo;
05. **Projeto** é um instrumento de programação administrativa para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais decorre um produto final, que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;
06. **Operação Especial** são despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços sendo uma ação típica ao detalhamento da função “ENCARGOS ESPECIAIS”;
07. **Meta** é o resultado final pretendido para a ação e os intermediários, obtidos ao longo do período de planejamento/execução, como um cronograma físico expresso na unidade de medida indicada;
08. **Produto ou objetivo** é o resultado da realização da ação;
09. **Unidade de Medida** é a unidade usada para medir a carga de trabalho contida na ação;
10. **Despesas decorrentes dos investimentos** são aquelas de manutenção, conservação e funcionamento que, durante a vigência do plano, passarão a ser necessárias como consequências dos investimentos e não incluídas no inciso seguinte;
11. **Programas de duração continuada**, os que resultem em prestação de serviços diretamente à comunidade, excluídos o pagamento de benefícios previdenciários e os encargos financeiros.

**Parágrafo único** – Cada programa deverá conter:

- I – Objetivo;
- II – Órgão responsável;
- III – Valor global;
- IV – Prazo de conclusão;
- V – Fonte de financiamento;
- VI – Indicador que quantifique a situação que o programa tenha por fim modificar;
- VII – Metas correspondentes aos bens e serviços necessários para atingir o objetivo.

## **CAPITULO II**

### **DAS CLASSIFICAÇÕES DE PRIORIDADE**

Art. 4º - A execução do Programa de Trabalho obedecerá a seguinte escala hierárquica de prioridades, que transferências voluntárias de recursos e/ou convênios não previstos neste instrumento de planejamento.

**PRIORIDADE ESPECIAL (PE)** – O Prefeito Municipal, através de ato circunstanciado, fica autorizado a nomear ou renomear qualquer programa de trabalho como **PRIORIDADE ESPECIAL**, nas seguintes hipóteses:





ESTADO DO CEARÁ  
**GOVERNO MUNICIPAL DE ABAIARA**  
CNPJ 07.411.531/0001-16



I – Quando as características do programa coincidir com os objetivos para saneamento de situações emergenciais;

II – Quando o Governo da União e/ou Estado já tenham depositado parcela respectiva de recursos financeiros e o Município participe com recursos até 50% (cinquenta por cento) do custo final do programa de trabalho;

III – Quando o Município venha a participar de programa de trabalho com outros municípios vizinhos e estes tenham depositado volume superior a 50% (cinquenta por cento) da parcela da obrigação individual, considerado que o programa a ser executado conste dos respectivos planos plurianuais de investimentos ou, que o programa tenha sua execução total no primeiro exercício do Plano Plurianual dos Governos conveniados;

IV – Quando houver receita de capital derivada de alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, destinada especificamente a financiamento de despesas de capital prevista neste plano.

**PRIORIDADE 01** – Quando os trabalhos tenham início no primeiro exercício podendo ser concluídos antes do período programado, ficando autorizada a utilização dos recursos alocados nos projetos de PRIORIDADE 04, como fundos para suplementações necessárias nas seguintes hipóteses:

I – Quando sua execução independa do período climático regional;

II – Quando os recursos financeiros estejam disponíveis ao cumprimento do cronograma de desembolso;

III – Quando houver iniciados em exercícios anteriores, classificados como projetos paralisados ou obras inacabadas por simples ausências de recursos, estes poderão ser reformados e adaptados para outros fins imediatos, desde que dentro da mesma área do programa de origem;

IV – Quando obras inacabadas ou paralisadas por irregularidade comprovadas pela fiscalização do Tribunal de Contas dos Municípios, contempladas no Orçamento de 2018 e integrantes deste Plano Plurianual, poderão ser executadas como PRIORIDADE ESPECIAL, caso o município esteja sofrendo prejuízo pela inviabilidade de recebimento de transferências voluntárias de outros órgãos da mesma esfera governamental e se os recursos a receber, dependem das conclusões das obras;

V – Quando os projetos a serem executados estejam classificados nas funções de governo: Educação, Saúde e Assistência Social;

VI – Quando os projetos a serem executados se destinam a conservação e recuperação de Patrimônio Municipal.



ESTADO DO CEARÁ  
**GOVERNO MUNICIPAL DE ABAIARA**

CNPJ 07.411.531/0001-16

**PRIORIDADE 02** – Quando a execução dos trabalhos exija condições climáticas favoráveis, ficando autorizada a utilização dos recursos locados nos projetos de PRIORIDADE 04, como fundos para as suplementações necessárias ao adiantamento do seu cronograma. Os trabalhos serão adiados para o exercício seguinte no todo ou em parte quando ou não ocorram condições climáticas favoráveis.

**PRIORIDADE 03** – Quando a execução dos trabalhos provenientes de convênio dependa de recursos ainda não depositados.

**PRIORIDADE 04** – Quando a execução do programa de trabalho dependa da execução de outro programa classificado em qualquer prioridade anteriores, servindo o projetos classificados nesta prioridade como suporte para a obtenção de fundos orçamentários às prioridades imediatamente anteriores.

**CAPITULO III**  
**DOS OBJETIVOS E METAS**

Art. 5º - As diretrizes, os produtos e/ou objetivos e as metas da ação governamental na área de investimentos e os recursos necessários à sua execução, estão especificamente nos anexos e quadros desta lei, constituindo-se parte integrante dela, observada a seguinte estrutura:

<b>Anexo I</b>	<b>Quadro Demonstrativo das Receitas Estiadas 2018/2021</b>
<b>Anexo I - A</b>	<b>Demonstrativo da Receita Corrente Líquida 2018/2021</b>
<b>Anexo II</b>	<b>Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental 2018/2021</b>
<b>Anexo III</b>	<b>Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde 2018/2021</b>
<b>Anexo IV</b>	<b>Base de Cálculos do Limite de Despesas do Legislativo 2018/2021</b>
<b>Anexo V</b>	<b>Demonstrativo da Despesa com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida 2018/2021</b>
-	Quadro de Detalhamento da Despesa 2018/2021
-	Quadro de Detalhamento da Despesa por Função 2018/2021
-	Quadro de Detalhamento da Despesa por Subfunção 2018/2021
-	Quadro de Detalhamento da Despesa por Programa 2018/2021
-	Quadro de Detalhamento da Despesa por Órgão 2018/2021
-	Quadro de Detalhamento da Despesa por Unidade Orçamentária 2018/2021
-	Quadro de Detalhamento da Despesa por Função e Subfunção 2018/2021
-	Quadro de Detalhamento da Despesa por Programa e Ações por Função e Subfunção 2018/2021
-	Quadro de Detalhamento da Despesa – Relação de Programas 2018/2021
-	Quadro de Detalhamento da Despesa – Relação de Ações 2018/2021





ESTADO DO CEARÁ  
**GOVERNO MUNICIPAL DE ABAIARA**  
CNPJ 07.411.531/0001-16



Art. 6º - Os valores financeiros contidos nos anexos desta Lei estão orçados a preços de JANEIROS de 2017 e poderão ser proporcionalmente corrigidos de conformidade com as normas, critérios e/ou instruções emanadas do comando de política financeira do Governo Federal e, estabelecidos nas leis de diretrizes orçamentárias vigentes, até o limite de 5,00% a.a (cinco por cento ao ano).

Art. 7º - O Poder Executivo Municipal, no decorrer da vigência deste plano, proporá ao Poder Legislativo, revisões para alterações ou ajustes de valores, produtos e/ou objetos e metas contidas no PPA – Plano Plurianual, provocadas por fatos emergentes, sejam regionais, territoriais, isolados e/ou localizados que venham a ocorrer no contexto socioeconômico, que o obrigue a passar um processo gradual e indispensável de reestruturação.

Parágrafo único – Observado o disposto no parágrafo 5º, do Art. 5º da Lei Completamente nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

#### **CAPITULO IV** **DAS DISPONIBILIDADES E AJUSTES ANUAIS**

Art. 8º - Dependendo da disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários, devidamente apurados em cada exercício do período, fica o Poder Executivo autorizado e reajustar o Orçamento de Capital objeto desta Lei, durante o próprio exercício em que decorra a execução orçamentária anual, procedendo, conforme a necessidade, à antecipação, prorrogação, anulação ou mesmo à inclusão de novos investimentos, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único – A aplicação do disposto neste artigo não exime da obrigação de ajustes concomitante do Orçamento-Programa, na forma do que a Lei Orçamentária e a Lei de Diretrizes Orçamentárias dispuserem, quanto à antecipação, prorrogação, anulação ou inclusão de investimento que possam ocorrer durante a execução orçamentária de cada exercício financeiro do período.

Art. 9º - O quadro de recursos e de aplicação de capital configurado nesta lei será anualmente reajustado, acrescentando-se as previsões de mais um ano, de modo a assegurar a projeção contínua dos períodos.

#### **CAPITULO V** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Rua Expedito Oliveira das Neves, nº 70 – Centro  
Site: [www.abaiara.ce.gov.br](http://www.abaiara.ce.gov.br)  
E-mail: [prefeituraabaiara2017@gmail.com](mailto:prefeituraabaiara2017@gmail.com)  
CEP: 63240-000 – Abaiara – Ceará



ESTADO DO CEARÁ  
**GOVERNO MUNICIPAL DE ABAIARA**  
CNPJ 07.411.531/0001-16



Art. 10º - As Receitas de Capital para execução deste Plano Plurianual serão formadas pelas receitas classificadas como de capital próprias da Fazenda Municipal, das provenientes das transferências constitucionais e voluntárias, pelos superávits do orçamento corrente, sem prejuízo da obtenção de empréstimos ou financiamentos que se façam necessários e devidamente autorizados e das demais fontes enumeradas no parágrafo 2º, do artigo 11, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, inclusive convênios, acordos e ajustes, observando-se as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 11º - As classificações das funções e subfunções de governo nos projetos de leis das propostas orçamentárias anuais obedecerão às estabelecidas pelo Governo Federal a respeito, devendo a classificação programática, atender especificamente as conveniências técnicas e administrativas do Governo Municipal e, principalmente, as de interesse local, obedecer ao elenco estabelecido no Decreto Municipal, observando, precisa e efetivamente, as ações programadas neste Plano Plurianual.

Art. 12º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA (CE), EM 15 DE NOVEMBRO DE 2017.

  
**AFONSO TAVARES LEITE**  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUN. DE ABAIARA  
CNPJ. 07 411 531/0001-16  
Afonso Tavares Leite  
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ  
**GOVERNO MUNICIPAL DE ABAIARA**  
CNPJ 07.411.531/0001-16



## EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Abaiara – Ceará, no uso das suas atribuições legais e nos termos definidos na Lei Orgânica Municipal, torna público achar-se afixada no Quadro de Editais da sede desta Prefeitura, a Lei nº 428/2017, de 15 de Novembro de 2017, que **“DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE ABAIARA – ESTADO DO CEARÁ, PARA O QUADRIÊNIO DE 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Prefeitura Municipal de Abaiara – Ceará, 15 de Novembro de 2017.

  
**AFONSO TAVARES LEITE**  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUN. DE ABAIARA  
CNPJ: 07.411.531/0001-16  
Afonso Tavares Leite  
Prefeito Municipal





ESTADO DO CEARÁ  
**GOVERNO MUNICIPAL DE ABAIARA**  
CNPJ 07.411.531/0001-16



## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os devidos fins e especialmente, para que sirva de documento junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, que a Lei Municipal nº 428/2017, de 15 de Novembro de 2017, que **“DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE ABAIARA – ESTADO DO CEARÁ, PARA O QUADRIÊNIO DE 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”** foi publicada no Quadro de Editais da Prefeitura Municipal de Abaiara, local destinado à divulgação dos atos oficiais do Município de Abaiara – Ceará.

O referido é verdade. Dou fé.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA – CEARÁ, 15 DE NOVEMBRO DE 2017.

  
**ALEXANDRE DE ASSUNÇÃO**  
Chefe de Gabinete